

A HASHTAG #ICANHAZPDF COMO MODALIDADE DE COMPARTILHAMENTO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS E SEU IMPACTO NAS BIBLIOTECAS

Moreno Barros

Doutor em História das Ciências
Bibliotecário do Centro de Tecnologia
Universidade Federal do Rio de Janeiro
moreno@ct.ufrj.br

Ponto de Vista

Resumo

O presente artigo apresenta a hashtag #icanhazpdf como expoente do uso de redes sociais para compartilhamento de artigos científicos e seu impacto nos sistemas de intercâmbio e aquisição de artigos e periódicos por parte de bibliotecas acadêmicas. Busca discutir em que medida o compartilhamento de artigos sob restrições de direitos autorais pode ser entendido como um ato de desobediência civil contra a indústria de publicação científica com fins lucrativos.

Palavras-chave

#icanhazpdf. Compartilhamento de artigos. Publicação científica.

1 INTRODUÇÃO

Pesquisadores jovens podem apenas imaginar a dura atividade de pesquisa em uma era pré-Internet. De modo geral, a informação atual está disponível imediatamente e a pleno alcance dos acadêmicos, tornando a atividade de levantamento bibliográfico, o acompanhamento de novidades em determinadas linhas de pesquisa e o processo de pesquisa bem menos penoso, se comparado a poucas décadas atrás. A mudança mais significativa é que os acadêmicos de hoje não precisam esperar tanto tempo para que seus pedidos por artigos científicos - referências adicionais e necessárias à compreensão mais profunda de seus temas de pesquisa - cheguem a um autor correspondente ou sejam intermediados por serviços de comutação bibliográfica entre bibliotecas.

Pesquisadores continuam acessando os acervos de revistas científicas, mas a necessidade de ir fisicamente até a biblioteca para fotocopiar um artigo de periódico como era feito anteriormente, agora é contraproducente. Atualmente os acadêmicos obtêm acesso à maior parte do conteúdo especializado de maneira facilitada, por meio de bases de dados multidisciplinares oferecidas em consórcios estabelecidos entre instituições de pesquisa e editoras, bem como sistemas e modalidades de intercâmbio online de materiais de pesquisa.

Entretanto, ainda há muitos lugares no mundo, e muitas instituições, sem acesso adequado à literatura científica. Mesmo nos dias de hoje nem todas as publicações mantêm arquivos retrospectivos. E nenhuma biblioteca, inclusive aquelas que são bem abastecidas, paga assinaturas para todos os arquivos de

todas as revistas. Este último ponto está se tornando cada vez mais crítico, conforme custos de assinatura aumentam e orçamentos de bibliotecas diminuem.

Comum é a situação onde um leitor interessado esbarra em uma barreira de cobrança para um artigo científico a que sua biblioteca institucional não possui acesso. Em trabalho anterior (BARROS, 2012) explicamos que sempre que um indivíduo não vinculado a instituições associadas ao consórcio do Portal de Periódicos da Capes tenta acessar a um artigo de periódico online, o acesso ao resumo do texto é geralmente livre. Sem esse vínculo, a leitura de um único artigo na íntegra publicado por um dos periódicos das principais editoras científicas pode custar entre 30 e 50 dólares.

Em face desse tipo de barreira e da apropriação de redes sociais online, novas práticas e modalidades de participação e compartilhamento entre pesquisadores emergiram nos últimos anos. Em particular, acadêmicos têm incorporado tecnologias sociais e utilizado redes *peer-to-peer* para acessar e compartilhar documentos de pesquisa os quais não possuem acesso. Ademais, o uso de redes sociais para compartilhamento de artigos científicos, que normalmente estão sob proteção de *paywalls*, sugere que os acadêmicos estão dispostos e são capazes de contornar e desafiar restrições contratuais e autorais em favor da partilha de conhecimento e resultados de pesquisa. Um dos expoentes deste fenômeno de compartilhamento online é o hashtag #icanhazpdf, utilizado para indicar que alguém está solicitando um artigo científico através da rede social Twitter.

Neste artigo pretendemos analisar o uso desta hashtag por acadêmicos e pesquisadores, explorando aspectos da participação em redes online, bem como o impacto da adoção dessa modalidade nos sistemas de intercâmbio e aquisição de artigos e periódicos, por parte de bibliotecas acadêmicas. Finalmente, buscamos discutir em que medida o compartilhamento de artigos sob restrições de direitos autorais pode ser entendido como um ato de desobediência civil contra a indústria de publicação científica com fins lucrativos.

2 #ICANHAZPDF

A hashtag #icanhazpdf surgiu originalmente no Twitter como uma forma eficiente para jornalistas e blogueiros de ciência, que em certos casos não possuem acesso institucional a periódicos científicos, obterem rapidamente versões em PDF das solicitações por artigos. Basta que um solicitante publique em sua conta um tweet, associando um link para o artigo o qual não possui acesso, junto da hashtag #icanhazpdf. Outros usuários, em seguida, podem responder ao pedido, recuperando o PDF através do seu próprio acesso institucional e enviando o arquivo para o e-mail do solicitante. Uma vez que a transação é finalizada, o solicitante exclui o seu tweet inicial.

Obviamente o #icanhazpdf viola contratos estabelecidos e direitos autorais, mas sua prática é defendida por muitos. Como tal, a hashtag tem sido objeto de muitos debates online em torno da legalidade e da moralidade da prática. Estudos sobre o #icanhazpdf já foram realizados, apresentando dados acerca do padrão deste tipo de compartilhamento. Liu (2013) indica que acadêmicos (35%), estudantes (24%), e comunicadores (16%) são os que mais utilizam a hashtag, o que não causa surpresa, uma vez que tem sido claro que estes são os grupos que se utilizam da publicação científica para comunicar suas próprias pesquisas ou acompanhar os lançamentos em suas áreas. Poderíamos esperar que o público em geral (especialmente pacientes clínicos), que normalmente só desfruta de periódicos especializados de acesso aberto, fosse o mais propenso a utilizar este método para obter artigos bloqueados, mas não é o que ocorre. Uma possível explicação para o baixo uso da hashtag entre membros do público ou comunidades especializadas de países em desenvolvimento é simplesmente o desconhecimento do novo método.

Os efeitos da #icanhazpdf sobre métricas tradicionais e alternativas de impacto científico também são avaliados por Liu (2013), que acredita serem insignificantes no momento presente, embora sua mera existência abra questões oportunas sobre a compreensão da prática da pesquisa na

atualidade. As mensagens que incluem #icanhazpdf poderiam complicar métricas que caracterizam os tweets de forma demasiadamente ampla, evidenciando, por exemplo, a dificuldade em sinalizar as solicitações por artigos, uma vez que a prática sugere apagar o tweet tão logo o arquivo em formato PDF seja recebido.

Um ponto interessante que reforça a modalidade do compartilhamento online e traduz o ímpeto pela busca de artigos científicos é que #icanhazpdf talvez seja a hashtag utilizada majoritariamente por cientistas que permanece viva no Twitter pelo tempo mais longo, sua primeira menção remonta a janeiro de 2011, como sugestão de Andrea Kuszewski¹.

3 IMPACTO DO #ICANHAZPDF SOBRE A COMUTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA ENTRE BIBLIOTECAS

O Portal de Periódicos da Capes é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza às instituições de ensino e pesquisa no Brasil um extenso acervo da produção científica internacional. O sistema atende às demandas dos setores acadêmico, produtivo e governamental e é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil. Em uma tentativa simplificada de explicar seu funcionamento, o Portal Capes estabelece contratos de assinatura com os editores científicos e repassa o conteúdo às instituições conveniadas. O sistema atua como uma espécie de porta de entrada ao conteúdo científico especializado e etapa inicial no levantamento bibliográfico realizado por pesquisadores brasileiros.

Mas nem todos os periódicos e artigos científicos estão disponíveis integralmente por meio do Portal Capes. Eventualmente um pesquisador esbarra em artigos que são restritos e não fazem parte dos contratos celebrados pela Capes, acessíveis apenas mediante pagamento. Ou ainda, o indivíduo que realiza uma busca identifica uma referência bibliográfica que não está indexada em

nenhuma das bases de dados pertencentes ao consórcio. Para estes e outros casos, os pesquisadores normalmente recorrem aos serviços das bibliotecas acadêmicas.

As bibliotecas acadêmicas, por sua vez, se fazem valer de seus acervos físicos e sistemas de intercâmbio para tentar alcançar o artigo solicitado. Quando usuários solicitam um artigo ou outros materiais como livros, capítulo, teses, relatórios técnicos, através de empréstimo entre bibliotecas, a sua instituição realiza buscas em redes e sistemas de bibliotecas parceiras, como o Catálogo Coletivo Nacional (CCN), para verificar quem possui o periódico em seu acervo ou acesso ao artigo em questão. Elas, então, solicitam o material através de modalidades distintas de empréstimo entre bibliotecas, o mais conhecido sendo o COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica).

A biblioteca solicitante paga uma taxa para cobrir direitos de autor e cópias dos originais, e em tempo hábil o usuário receberá o item requisitado. Esta taxa pode ser repassada ao usuário ou não, a depender da política de cada biblioteca e instituição. Mas na maior parte dos casos esse valor é menor do que a cobrança exigida aos solicitantes operando como pessoa física, efetuando a compra diretamente nos portais das editoras científicas, sem intermédio da biblioteca.

O principal empecilho nos programas tradicionais de comutação entre bibliotecas, comparado a modalidades de intercâmbio na Internet, é a velocidade de transmissão dos materiais. Em alguns casos um pedido via COMUT pode ser atendido em poucas horas. Mas normalmente leva bem mais tempo do que isso, em especial para pedidos internacionais.

Certamente, essas modalidades tradicionais não são tão rápidas quanto o envio de um tweet para centenas de seguidores monitorando a hashtag #icanhazpdf, mas os pedidos realizados utilizando as bibliotecas como intermediárias permitem verificar quais coleções ou periódicos a instituição não possui acesso, seja acervo físico ou via Portal Capes. Esse é um valioso subsídio para as bibliotecas realizarem futuras decisões de compra. Se a biblioteca recebe um volume considerável de

¹<https://twitter.com/AndreaKuszewski/status/28257118322688000>

solicitações para um determinado periódico, em algum momento será menos oneroso obter a assinatura desta publicação, em vez pagar continuamente pelo acesso aos artigos individuais.

Ao contornar os sistemas tradicionais utilizando o #icanhazpdf, nem o usuário, nem o seu pedido são contabilizados, e as bibliotecas não saberão quais revistas não pertencem à sua coleção atual e são demandadas por seus pesquisadores. Além disso, se o pesquisador com acesso institucional obtém artigos circundando o sistema da biblioteca, o acesso ao periódico o qual o Portal Capes assina não será registrado. Bond (2013) explica que muitas decisões sobre o que se passa nas bibliotecas se dá com base em estatísticas de usuário, e quando há deficits orçamentários, os gestores muitas vezes verificam as assinaturas das revistas, impressas ou digitais, para eliminar aquelas que não estão sendo acessadas.

É importante defender a manutenção dos serviços de empréstimo entre bibliotecas porque nem todos os materiais estão online ou digitalizados em formato PDF. Sobretudo, os pedidos de comutação e empréstimo representam uma pequena parte do orçamento das bibliotecas. Se estas solicitações caem significativamente, as bibliotecas poderão ter de reduzir o pessoal responsável pela atividade, ou diminuir seu orçamento para aquisição de bônus e *vouchers* (moedas conversoras utilizadas nestas modalidades de empréstimo), o que pode resultar em serviços mais pobres para toda a comunidade.

Em suma, para alguns isso pode parecer uma questão trivial, mas Wulff (2013) adverte que subverter o sistema tradicional ao se envolver neste tipo de abuso de direitos autorais enfraquece todos os orçamentos das bibliotecas. Se os cortes de assinaturas é o que vêm a seguir, então a capacidade de obter as revistas estará reduzida.

A maioria das licenças de assinaturas de periódicos que as bibliotecas acadêmicas possuem permite o acesso físico ao periódico eletrônico. Ou seja, o público em geral pode visitar fisicamente uma biblioteca acadêmica e utilizar um dos computadores de acesso público para ler estes periódicos eletrônicos

gratuitamente. É permitido também realizar o download dos arquivos e transferi-los para uma conta de email ou pen-drive.

Entretanto, todos os aspectos mencionados acima dizem respeito, quase que exclusivamente, a pessoas que possuem vínculo institucional com alguma universidade ou centro de pesquisa, o que lhes garante o acesso ao Portal Capes e a possibilidade de solicitar artigos por intermédio das bibliotecas de suas instituições. Para as pessoas de fora da academia, mas que precisam de acesso à literatura científica, suas chances são limitadas.

É difícil não simpatizar com o apelo de bibliotecários e alguns pesquisadores, defensores das modalidades tradicionais de empréstimo entre bibliotecas. Por outro lado, não podemos negligenciar algumas questões de ordem prática: geralmente, leva semanas, não dias, para que um artigo solicitado via COMUT chegue até o usuário solicitante. Em certos casos, o envio dos artigos leva tempo suficiente para que os pesquisadores simplesmente não necessitem mais ou desistam de obtê-lo, ao ponto em que nem sequer se lembram de tê-lo solicitado em um primeiro momento.

E, na maioria dos casos, o que os pesquisadores recebem é uma cópia em papel, não um PDF. Qualquer solução que envolvia ir fisicamente a um lugar soa no mínimo estranho a qualquer pessoa imersa no universo digital. Taylor (2013) argumenta que se deslocar fisicamente até uma biblioteca para obter um livro físico é logicamente consistente, mas fazer o mesmo para obter um documento eletrônico é impraticável e inoportuno. Tal anacronismo impede que o solicitante seja capaz de adicionar uma cópia em papel ao seu software de referência, ou realizar uma busca rápida dentro da versão impressa, ou enviá-lo prontamente para colaboradores. Ademais, o preenchimento de longos formulários ou processos de compra de bônus não se compara a associar um link DOI de um artigo ao tweet com a hashtag #icanhazpdf.

A maioria dos pedidos #icanhazpdf é resolvida em poucos minutos, e está é a principal razão por ter se tornado tão popular. Dado que o Twitter e mecanismos semelhantes são muito mais rápidos do que o

empréstimo entre bibliotecas, mais baratos e, normalmente, entregam uma cópia de melhor qualidade, Taylor (2013) também sugere que não deveríamos nos preocupar se os orçamentos para o financiamento dos empréstimos são diminuídos, pois seria preferível que as bibliotecas gastassem suas verbas em outros serviços e produtos.

Bibliotecários dispõem de dados capazes de informar o que os usuários não estão utilizando, a fim de identificar quais materiais teriam cancelamento justificado - supondo que esta opção seja possível, cada vez mais rara nos pacotes de venda casada oferecidos pelas editoras comerciais. Seria conveniente também que os bibliotecários verificassem as estatísticas de desistência diretamente com os editores ou o Portal Capes, isto é, índices que mostram quais artigos ou periódicos os pesquisadores tentaram acessar, mas não obtiveram êxito porque não havia cobertura da assinatura.

Não há dúvidas que os dados acerca dos empréstimos entre bibliotecas auxiliam nas decisões de manutenção das coleções, mas os bibliotecários precisam reconhecer que as pessoas têm de superar algumas barreiras para solicitar um empréstimo deste tipo, e que o serviço está sendo utilizado cada vez menos com o passar dos anos.

4 A LEGALIDADE DO #ICANHAZPDF

A maioria das regras de direitos autorais das revistas científicas deixa claro que praticamente todos os pesquisadores estão em violação uma vez ou outra. A permissão é concedida para os assinantes e membros de instituições conveniadas ao Portal Capes de produzir uma cópia para uso pessoal e não-comercial². Além disso, muitas revistas adicionam uma cláusula indicando que a cópia deve ser destruída após o uso razoável - geralmente definida como após a experiência ou confecção do manuscrito para o qual foi empregada a cópia como uma referência.

Oferecer uma reprodução a um amigo, armazenar uma versão indefinidamente em um arquivo, ou enviar uma cópia através da Internet são exemplos de violação de direitos autorais. Os editores entendem que a violação de direitos autorais está acontecendo todos os dias, e gostariam que tivesse um fim, mas historicamente, processos judiciais instaurados contra a violação dos direitos de revistas científicas sugerem um grau de tolerância.

A legislação vigente não prevê com precisão este tipo de procedimento, mas nos termos da lei, o solicitante do #icanhazpdf não está agindo errado, e sim o provedor, e possivelmente sua biblioteca. Na verdade, solicitar e enviar uma cópia de artigo por email ou Twitter é um procedimento legal. Mas, no momento em que o destinatário abre o arquivo contendo o artigo, devido a um precedente contratual estabelecido, cria uma nova "cópia" digital. Naquele momento, o ato de enviar pelo remetente se torna ilegal - uma nova cópia do documento foi feita (COTURNIX, 2012).

O problema é que nenhum cientista ou grupo de acadêmicos é capaz de assinar todos os periódicos que podem ser necessários para um projeto de pesquisa. Isto é agravado ainda mais pelo fato de que os funcionários de instituições não vinculadas ao Portal Capes, empresas menores e os cidadãos comuns não têm acesso facilitado a bibliotecas ou privilégios de empréstimo inter-bibliotecas, deixando-os com a escolha de pagar algumas dezenas de dólares para a desobstrução dos direitos comerciais das editoras ou encontrar um amigo ou fonte online disposta a compartilhar os materiais bloqueados. Para a maioria desses pesquisadores atuando fora do raio do Portal Capes e suas instituições conveniadas, o custo de reunir legalmente documentos de referência, mesmo para um pequeno projeto, é proibitivo.

Um importante ponto que algumas pessoas parecem não ter consciência é que o financiamento ao Portal Capes e o empréstimo entre bibliotecas tradicional não é gratuito. Além disso, a produção e difusão da literatura

²Normas de uso de publicações eletrônicas, Portal de Periódicos Capes, Ministério da Educação. http://www-periodicos-capes.gov-br.ez29.periodicos.capes.gov.br/images/documents/No_rmas_uso_Portal_Periodicos_CAPES.pdf

científica de alta qualidade, revisada por pares, têm um custo, seja a publicação emitida em papel, online ou ambos. No final das contas, editores buscam uma maneira de apoiar os custos para manter suas publicações, e os cientistas desejam maneiras de obter acesso aos documentos que necessitam para progredir em seu trabalho. As bibliotecas atuam como *gatekeepers* e intermediárias, tentando alinhar os interesses das duas partes, respeitando direitos e contratos estabelecidos.

O #icanhazpdf pode ser uma solução, mas ele vem com o risco de que os editores e os tribunais não concordem o que se reconhece como um uso razoável, tal como definido nas declarações de direitos autorais. Há uma grande diferença nas bases legais do empréstimo entre bibliotecas e apenas pedir para um colega obter uma cópia. Por um lado, há isenções específicas para as bibliotecas estipuladas na própria lei de direitos autorais. Por outro lado, as bibliotecas seguem as orientações da Capes, bem como as licenças que variam entre as editoras.

Muitas vezes editores fecham os olhos e fazem “vista grossa” a algum ou outro usuário individual da hashtag, mas, uma das razões que explica o fato de os editores não reclamarem seus direitos é que o tweet #icanhazpdf contém um link para o seu site. Com mais visualizações ao artigo, mais provavelmente ele vai ser lido, mais tarde citado, aumentando assim o Fator de Impacto do periódico. Se o destinatário utiliza o artigo de alguma forma - para citar em seu próprio trabalho, ou para escrever um novo artigo ou post, isto novamente chama a atenção para o artigo original e aumenta potencialmente as medidas de impacto. Assim, editoras tendem a só reclamar prejuízos sobre grandes violadores de direitos autorais, não exatamente indivíduos compartilhando artigos unitários.

5 DESOBEDIÊNCIA CIVIL

Para artigos em que o acesso não é aberto, não estaria a prática do #icanhazpdf violando os direitos autorais de uma editora? Eisen (2011) sustenta que talvez esta não seja a pergunta correta a ser feita, mas que a questão é se as editoras científicas com fins lucrativos

devem manter direitos autorais a fim de empunhá-la como fazem, em sua visão, de modo destrutivo, e se as pessoas devem se engajar em desobediência civil para minar o sistema vigente. Claro que o #icanhazpdf viola direitos autorais de forma inequívoca, mas isso é irrelevante face ao modelo de publicação científica comercial atual.

Discutir a moralidade das leis de direitos autorais não é realmente a pergunta certa, uma vez que deveria ser claro o infortúnio que é o conhecimento científico não poder ser livremente acessado e compartilhado por qualquer pessoa, em qualquer lugar. É bastante provável que a maioria daqueles que tão entusiasmadamente utilizam o #icanhazpdf no Twitter não compreendem o que estão realmente fazendo, e por essa razão, espera-se que devam tomar uma decisão informada sobre se pretendem se envolver em desobediência civil e arriscar as penalidades consequentes.

Enquanto as leis de direitos autorais podem ser insatisfatórias, elas não precisam ser alteradas, a fim de permitir que trabalhos científicos possam ser compartilhados livremente. Os autores de artigos científicos fazem uma escolha de limitar a maneira como seu trabalho pode ser acessado e utilizado quando publicam em periódicos, que tanto exigem que os direitos autorais sejam transferidos a eles e os utilizam para restringir as licenças de acesso ou de uso que tem a mesma finalidade. Não há absolutamente nenhuma necessidade de aplicação das restrições de direitos autorais nesse caso (EISEN, 2011).

Acadêmicos não têm a expectativa de ganhar dinheiro com suas publicações, o ato de publicar é exercido para que todos os pesquisadores interessados possam ler os trabalhos. Então, o que os editores comerciais fazem, basicamente, é forçar a assinatura de um contrato de cessão de direitos autorais, evidenciando um modelo de pesquisa institucional que requer que uma corporação privada venda publicações para que os pesquisadores possam ser reconhecidos por

seus pares.

Os editores têm sua parcela de culpa, mas é todo o sistema de pesquisa que está danificado. Foo (2011) argumenta que a universidade está obcecada com o nome da revista ou conferência em que seus funcionários publicam. A universidade e os colegas não reconhecem qualquer trabalho fora de uma determinada lista de revistas, mesmo que a publicação tenha sido revisada por pesquisadores de alto nível em determinado campo, mas não tenha passado pelo processo de publicação de uma corporação privada. Nesse sentido, #icanhazpdf deve servir de resposta não só para as editoras, mas para toda a comunidade científica.

De todo modo, a publicação de pesquisas científicas com fins lucrativos não é imoral, não importa quem financiou a pesquisa. Trata-se apenas de um modelo de negócio no mundo capitalista. Entretanto, o acesso aos resultados dessas pesquisas tem o potencial de salvar vidas, e logicamente a falta deste acesso custa vidas. Então, nesse sentido, o acesso a pesquisa é uma questão moral, e não apenas um problema de ordem comercial.

É importante observar que a palavra “ética”, que permeia a discussão sobre as práticas de compartilhamento de artigos online, normalmente é empregada como uma possível forma de envergonhar o #icanhazpdf e outras práticas dita subversivas, que os pesquisadores estão utilizando para acessar as informações de que necessitam. Para McCullough (2014), este é um dilema ético que alguns bibliotecários enfrentam. Treinamentos oferecidos para capacitação de usuários de bibliotecas informam a maneira correta de obter documentos (COMUT, Portal Capes, empréstimo entre bibliotecas), mas reforçam a desigualdade que os cidadãos comuns enfrentam por não estar em uma universidade ou instituição de pesquisa que financiam estes programas de acesso a material científico. Bibliotecários em particular precisam constantemente conciliar o desejo de avançar a produção científica com um papel de força policial que pune atividades que infringem direitos de autor e contratos com as editoras comerciais.

Então, existe o receio que a conduta

profissional “ética” possa fortalecer ainda mais a obediência ao Estado de Direito, por vezes injusto e desleal, em vez de servir como centro de resistência daquilo que vai contra o compromisso profissional bibliotecário, fundamentado na liberdade de investigação científica. Dependendo de quem a está definindo e por qual razão, a conduta profissional ética no letramento e competência informacional pode variar em qualquer extensão entre lidar com a desigualdade de informação e viés políticos, até todos os tipos de práticas brandas de violação de leis que, na verdade, não exigem que os usuários e cidadãos considerem criticamente uma conduta ética.

6 O PROBLEMA DA PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA

Quando um cientista busca publicar os resultados de suas pesquisas, acreditamos que seria apenas uma questão de quão significativas as suas conclusões são. Mas está se tornando cada vez mais difícil enxergar o puro aprofundamento do conhecimento humano como uma meta da academia, a medida que o acesso aos recursos essenciais para o empreendimento acadêmico está tão intimamente ligado a classificação e posições na carreira, o que, no mercado atual, são *commodities* caprichosas.

O sistema dos periódicos acadêmicos comerciais também funciona como uma espécie de oligarquia, onde ter um trabalho distribuído em toda a comunidade científica através de uma revista de acesso aberto pode exigir primeiro que o pesquisador pague altas taxas de publicação. Enquanto isso, a publicação em uma revista com base em assinaturas pode livrar os pesquisadores das taxas de entrada, mas limita o acesso para quem não possui vínculo com as instituições acadêmicas assinantes do periódico.

Estas questões têm ajudado a estimular o debate sobre acesso aberto, e giram em torno de uma questão essencial: como podem as revistas científicas equilibrar a qualidade da publicação e da revisão por pares, e o valor necessário para sua publicação e distribuição? O direito autoral é também uma grande

preocupação, pois muitas revistas retêm os direitos sobre tudo que publicam, que é a melhor maneira de garantir um retorno e longa possibilidade de cobertura dos custos envolvidos. As revistas de acesso abertos são geralmente uma exceção nesta natureza, sendo financiadas em grande parte pelas próprias universidades, liberando os autores da cessão de direitos autorais.

Autores que estão desatentos ao processo de transferência de direitos autorais exigido pelos editores de periódicos de acesso pago estão fazendo a si mesmos, suas disciplinas e suas instituições um enorme desserviço (PENDERGRASS, 2013). O sistema de publicação acadêmica atual é insustentável, cria uma disparidade entre aqueles que podem pagar para ter acesso quase ilimitado à informação e os que não podem. Não são apenas as bibliotecas que estão perdendo, mas disciplinas inteiras que enfrentam o problema que o modelo atual inflige: não obter acesso aos resultados de pesquisas científicas (financiadas em grande parte pelo erário público).

Para todos os efeitos, o #icanhazpdf diz menos sobre bibliotecas, bibliotecários, direitos autorais ou *royalties* dos autores do que uma desobediência civil justificada, isto é, uma maneira de burlar corporações que bloqueiam a valiosa pesquisa acadêmica atrás de *paywalls*. O hashtag é um sintoma das limitações em termos de escalabilidade de publicação de acesso fechado. Nesta Era da Informação, onde o valor de anos de educação e Pesquisa & Desenvolvimento pode convergir em resultados importantes dentro de poucas semanas, bloqueios e embargos são inaceitáveis. A informação de caráter científico deveria ser livre para todos, para a melhoria da sociedade, especialmente quando o dinheiro público está sendo utilizado (sob todas as formas de financiamento), mas aos pesquisadores e cidadãos é exigido um duplo pagamento, na confecção da pesquisa, e ao comprar o acesso aos seus resultados.

A crescente reação entre os próprios pesquisadores gera a esperança de que atinja uma massa crítica em que as bases das editoras com fins lucrativos sejam finalmente questionadas e revisadas. Os grandes editores

vêm travando uma luta pela manutenção de seus interesses, contra mudanças na legislação que os exigiria a fornecer acesso aberto a toda a pesquisa financiada pelo Estado, o que vem ocorrendo em diversos países. Os autores por sua vez estão se voltando para editores de acesso aberto, e oferecendo livre acesso a seu trabalho em websites pessoais e institucionais. Propostas de novos modelos de publicação acadêmica estão sendo apresentadas, e espera-se que #icanhazpdf seja uma das muitas tentativas de tornar visível o trabalho realizado dentro de uma indústria projetada em insularidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os aspectos abordados neste texto demonstram a enorme oportunidade que o #icanhazpdf está oferecendo às bibliotecas, essencialmente, um modelo para serviços que os pesquisadores de fato necessitam. As bibliotecas deveriam ser capazes, técnica e legalmente, de garantir a oferta de um serviço que atuasse como o hashtag em termos de eficiência e velocidade.

Mais foco precisa ser colocado sobre por que as pessoas estão utilizando o hashtag em vez da operação em conformidade com o sistema oficial e legal. Pode parecer óbvio, mas se os usuários não estão utilizando os serviços tradicionais, os bibliotecários devem se perguntar por que e o que fazer para permanecer relevantes em sua linha de atuação. Claramente, se as pessoas são apresentadas com um serviço mais rápido, mais fácil e/ou melhor, elas irão utilizá-lo, e esse não será o único desafio que a Internet apresentará às bibliotecas (FULLER, 2013). Apenas reclamar que as pessoas não estão utilizando determinado serviço, quando uma opção melhor existe, apenas reforça a tendência que as bibliotecas são instituições deslocadas em seu tempo e difíceis de justificar face à Internet.

Departamentos que operam os serviços de empréstimo entre as bibliotecas podem obter informações para as pessoas com rapidez e eficiência, como defende Posner (2013), mas apenas se estiverem equipadas com número suficiente de funcionários bem treinados,

dispostos a se juntar em consórcios e se comprometer com as melhores práticas, apoiadas com orçamentos suficientes. Mas, se muitas bibliotecas encontram limites para realizarem plenamente seus serviços, é compreensível que os usuários recorrerão a outras fontes de informação.

Os bibliotecários não podem competir plenamente com o Twitter, mas podem melhorar o acesso e disponibilidade ao conteúdo que coletam e aos materiais que seus usuários demandam. Na sociedade de excesso da informação em que hoje residem, bibliotecários têm a oportunidade de expandir seus serviços e oferecer mais conteúdo no ponto da necessidade. Para Cathryne (2013), entretanto, soluções intermediárias devem ser reconhecidas como apenas tal. O empréstimo entre bibliotecas e até mesmo o #icanhazpdf podem ajudar em um primeiro momento, mas não podem ser um substituto para as políticas de acesso aberto.

Em primeiro lugar, temos de assegurar que todo o conteúdo de acesso aberto esteja prontamente disponível através de nossos sistemas de descoberta. Há momentos em que o acesso tropeça na propriedade e conteúdo de acesso aberto é uma situação específica, que podemos facilmente aplicar, proporcionando um acesso mais amplo através de nossos sistemas atuais. Em segundo lugar, precisamos explorar melhores maneiras de fornecer conteúdo, enfatizando o contexto da entrega. Ou seja, construir uma base para o abastecimento rápido de artigos científicos diretamente aos pontos de contato dos pesquisadores (email, redes sociais, smartphones). É importante que a entrega seja de artigos úteis ao utilizador final, não apenas uma PDF que só pode ser utilizado por um curto período de tempo ou impedido de ser impresso. Este tipo de serviço pode, de fato, ser mais importante do que a adição de mais periódicos ou pacotes de assinatura de revistas (EMERY, 2013).

Não podemos trivializar a solução para

o problema do compartilhamento de artigos, mas aplicando às modalidades de empréstimo entre bibliotecas o hashtag #icanhazpdf, Fuller (2013) indica que é preciso considerar que o Twitter é um ecossistema aberto e gratuito, oferecendo uma interface de programação (API) livre para usar. Um tema forte na discussão sobre o tema é que as bibliotecas utilizam os dados de pedidos de empréstimo para auxiliar nas decisões sobre assinaturas futuras. Este hashtag possui uma capacidade enorme de oferecer este tipo de dados.

É preciso que haja mais transparência sobre o que as bibliotecas estão pagando para obter informações das editoras, em termos de compras e licenças, e que limites legais existem no compartilhamento dessa informação. Entreméio, os bibliotecários também podem procurar informações disponíveis gratuitamente online e entrar em contato com autores para garantir acesso a seu trabalho. Mais do que simplesmente uma solicitação aos autores originais e bibliotecas parceiras, um pedido serve como um fio na rede entre pessoas reais, representando um canal potencial para discussão colaborativa. A função do envio do artigo não é tão importante tanto quanto a conexão tangível com outro indivíduo com interesses de pesquisa semelhantes.

Sistemas como Twitter, Google Scholar e vários outros serviços de busca e compartilhamento ajudam a revelar esses tipos de ligações e manter a conversa entre aqueles que participam. Participar nos sistemas emergentes e fazer com que outras pessoas também participem é vital para as bibliotecas. A história da comutação bibliográfica traduz fazer o que pudermos para conectar pessoas e informações. Assim, os serviços de intercâmbio devem permanecer no centro de todas as discussões sobre o futuro do compartilhamento de informações entre bibliotecas e seus usuários.

É necessário repensar se determinadas modalidades de intercâmbio de artigos científicos, sem evidência de fins comerciais, sejam tão ilegais a ponto de ser necessário alertar as pessoas a não utilizá-los, como sugere Battaglia (2013). Ou se são apenas práticas consideradas inadequadas ou antiéticas

porque não dizem respeito a velhas regras nem se encaixam mais com a real necessidade de uma ciência mais aberta e acessível. Finalmente, precisamos avaliar se é preferível deixar essas soluções para grandes instituições e corporações, que a este momento são muito influenciados pela lógica do mercado e metas lucrativas, ou travar uma batalha lutada por aqueles que acreditam que o conhecimento tem que ser definitivamente acessível a todos. Ingressar nesse embate poderá forçar as pessoas a compreender e propor formas alternativas que são mais eticamente corretas e também aptas a necessidades científicas atuais.

Devemos respeito e gratidão a todos os bibliotecários que ajudam as pessoas a obter o material de leitura que necessitam e não devemos nos esquecer de como era dura a pesquisa em uma era pré-Internet. Mas os avanços tecnológicos e de digitalização e todos os participantes do ecossistema de publicação científica devem encontrar soluções capazes de colher o máximo de potencial do que é possível ser realizado hoje. Obviamente, com o

direito do pesquisador a aprender tanto quanto possível e obter acesso a materiais de referência, como o principal determinante para a qualidade de qualquer solução.

Seguramente vemos a facilidade da abordagem #icanhazpdf e gostaríamos de ter certeza que bibliotecários continuam a inovar com vitalidade, atualizando formulários de solicitação e lutando por serviços mais rápidos e eficientes. O que primordialmente interessa aos bibliotecários é o conhecimento, e não preservar suas funções individuais e prédios contendo livros e periódicos. A construção de redes digitais para pedidos de artigos não representa o fim de uma era, tanto quanto revela novas e excitantes possibilidades, inclusive para conexões mais significativas entre bibliotecas e seus usuários. Quanto mais ideias, dados, opiniões e interpretações das maneiras como os acadêmicos utilizam a mídia social para suas atividades de pesquisa, melhor será para todos nós e para o progresso da ciência.

#ICANHAZPDF AS SHARING MECHANISM FOR SCIENTIFIC ARTICLES AND ITS IMPACT ON ACADEMIC LIBRARIES

Abstract

This article presents the #icanhazpdf hashtag as an exponent of the use of social networks to share scientific papers and its impact on exchange systems and acquisition of articles and scientific journals by academic libraries. It discusses to what extent sharing articles under copyright restrictions can be understood as an act of civil disobedience against the for profit scientific publishing industry.

Keywords

#icanhazpdf. Article sharing. Scientific publication.

Artigo recebido em 05/04/2015 e aceito para publicação em 29/04/2015

REFERÊNCIAS

BARROS, Moreno. A Primavera Acadêmica e o custo do conhecimento. **Liinc em Revista**, v. 8, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/486>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

BATTAGLIA, Eugenio. On “Join papester collective 1.0: how to reply to #icanhazpdf in 3 seconds”. **Science to Grok**, Jan. 18, 2013. Disponível em:

<<http://www.sciencetogrok.com/2013/01/on-join-papester-collective-10-how-to.html>>. Acesso em: 27 mar. 2015.

BOND, Alex. How #icanhazpdf can hurt our academic libraries. **The Lab and Field**, Oct. 5, 2013. Disponível em: <<https://labandfield.wordpress.com/2013/10/05/how-icanhazpdf-can-hurt-our-academic-libraries/>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

CATHRYNE. [Comment on] How

#icanhazpdf can hurt our academic libraries. **The Lab and Field**, Oct. 5, 2013. Disponível em: <https://labandfield.wordpress.com/2013/10/05/how-icanhazpdf-can-hurt-our-academic-libraries/>. Acesso em: 20 mar. 2015.

COTURNIX. [Comment on] #icanhazpdf: civil disobedience? **C&EN Magazine**, Dec. 22, 2011. Disponível em: <http://cenblog.org/terra-sigillata/2011/12/22/icanhazpdf-civil-disobedience/>. Acesso em: 20 mar. 2015.

EISEN, Michael. [Comment on] #icanhazpdf: civil disobedience? **C&EN Magazine**, Dec. 22, 2011. Disponível em: <http://cenblog.org/terra-sigillata/2011/12/22/icanhazpdf-civil-disobedience/>. Acesso em: 20 mar. 2015.

EMERY, Jill. #ICanHazPDF vs. #ICanHazLibrary: where librarians need to rise to the occasion. **Collection Connection**, Oct. 15, 2013. Disponível em: <http://www.collectionconnection.alcts.ala.org/?p=188>. Acesso em: 20 mar. 2015.

FOO. [Comment on] #icanhazpdf: civil disobedience? **C&EN Magazine**, Dec. 22, 2011. Disponível em: <http://cenblog.org/terra-sigillata/2011/12/22/icanhazpdf-civil-disobedience/>. Acesso em: 20 mar. 2015.

FULLER, Willey. What can ICANHASPFD teach us about remaining relevant. **All The Duck**, Dec. 9, 2013. Disponível em: https://blog.alltheducks.com/post/what_can_ICANHASPFD_teach_us_about_remaining_relevant/. Acesso em: 20 mar. 2015.

LIU, Jean. Interactions: the numbers behind #icanhazpdf. **Altmetric**, May 9, 2003. Disponível em: <http://www.altmetric.com/blog/interactions-the-numbers-behind-icanhazpdf/>. Acesso em: 20 mar. 2015.

MCCULLOUGH, Ian. [Comment on] The draft framework for information literacy for higher education: some initial thoughts. **Beer Librarian**, Feb. 25, 2014. Disponível em: <http://beerbrarian.blogspot.com.br/2014/02/the-draft-framework-for-information.html>. Acesso em: 20 mar. 2015.

PENDERGRASS, Ann Viera. [Comment on] How #icanhazpdf can hurt our academic libraries. 2013. Disponível em: <https://labandfield.wordpress.com/2013/10/05/how-icanhazpdf-can-hurt-our-academic-libraries/>. Acesso em: 7 out. 2013.

POSNER, Beth. [Comment on] How #icanhazpdf can hurt our academic libraries. **The Lab and Field**, Oct. 5, 2013. Disponível em: <https://labandfield.wordpress.com/2013/10/05/how-icanhazpdf-can-hurt-our-academic-libraries/>. Acesso em: 20 mar. 2015.

TAYLOR, Mike. [Comment on] How #icanhazpdf can hurt our academic libraries. **The Lab and Field**, Oct. 5, 2013. Disponível em: <https://labandfield.wordpress.com/2013/10/05/how-icanhazpdf-can-hurt-our-academic-libraries/>. Acesso em: 20 mar. 2015.

WULFF, Warren. [Comment on] How #icanhazpdf can hurt our academic libraries. **The Lab and Field**, Oct. 5, 2013. Disponível em: <https://labandfield.wordpress.com/2013/10/05/how-icanhazpdf-can-hurt-our-academic-libraries/>. Acesso em: 20 mar. 2015.